

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 3081/2006 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Janeiro de 2005 da secretária-geral da Assembleia da República:

Ana Isabel Saraiva Barata dos Santos Carriço, secretária aduaneira de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo — requisitada pelo período de um ano, prorrogável até ao termo da legislatura, ao abrigo do disposto no artigo 44.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, para desempenhar funções de secretariado na Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia da República, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2006.

25 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Despacho n.º 3082/2006 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Janeiro de 2006, foi autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido aos seguintes funcionários:

	Dias
Cândida dos Santos Martins Cardoso	4
Clara Maria Soares Domingos Barbosa	30
Edson Manso	1
Emília Bernardina Lopes de Oliveira	4
Iracema Ribeiro Cardoso Neto	13
Isalina de Jesus Gomes	30
Joana Sofia Santos Tendeiro	13
José Luís Pereira Alves Calado	15
Lucília de Fátima Celeste Gomes	1
Lucília Maria Samoreno Ferra	7
Ludovina Dias Cabaço Ferreira Pinto	7
Luís Manuel Ruivos Fernandes	12
Maria Beatriz B. L. Fonseca Barreto	3
Maria do Céu Nunes da Fonte	17
Maria Fernanda Alves Pimenta	5
Maria Helena Amaral da Fonseca	17
Marília Fátima R. P. Martins da Silva	4
Paula Sofia Ricardo Casquinha	20
Rui Pedro Viveiros Pereira Dias	2

27 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.

Inspecção-Geral da Administração do Território

Despacho (extracto) n.º 3083/2006 (2.ª série). — Por despachos de 8 e de 15 de Junho e de 28 de Dezembro de 2005 e de 19 de Janeiro de 2006 do inspector-geral da Administração do Território, foi autorizada a recuperação do vencimento de exercício, referente a 2005, aos seguintes funcionários:

	Dias
Fernando Jorge Regueira Gama, inspector superior principal	2
Maria Gracinda Soares Almeida Lameirinhas, técnica profissional especialista principal	30
Elsa Maria de Carvalho Abrantes, técnica de informática do grau 3, nível 1	30
Suzete Cristina de Matos, servente	30
Maria Carolina Barroso Mendes Almeida, assistente administrativa principal	7
Pedro Manuel Amorim Martins Ferreira, inspector superior principal	13
Maria de Lurdes Costa Horta Candeias, servente	30
Ermelinda da Silva Gomes Luísa, servente	30
Paulo José Teixeira Gonçalves Lage, inspector	3

26 de Janeiro de 2006. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

Instituto do Desporto de Portugal

Aviso n.º 1519/2006 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral com vista ao provimento de um lugar de chefe de secção.* — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de

Julho, faz-se público que, por despacho de 26 de Janeiro de 2006 do presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso visando o preenchimento de um lugar de chefe de secção do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto, constante do anexo à Portaria n.º 848/98, de 8 de Outubro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 19-H/98, de 27 de Outubro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 252 (3.º suplemento), de 31 de Outubro de 1998.

2 — Nos termos do despacho conjunto n.º 273/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Lugares — o presente concurso visa o preenchimento de um lugar vago da categoria de chefe de secção do grupo de pessoal administrativo do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o preenchimento do lugar acima indicado, caducando com o seu preenchimento.

5 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho, bem como pelos Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 96/2003, de 7 de Maio.

6 — Remuneração, local e condições de trabalho:

6.1 — A remuneração é fixada nos termos conjugados dos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

6.2 — O local de trabalho situa-se nos serviços centrais do Instituto do Desporto de Portugal, sito na Avenida do Infante Santo, 76, 1350-180 Lisboa.

6.3 — As condições de trabalho e os benefícios sociais são os genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7 — Composição do júri — o júri do presente concurso, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, é composto por um presidente e quatro vogais efectivos, a saber:

Presidente — Joana da Graça Morais Zorro, chefe de divisão.
Vogais efectivos:

Dulce Nídia Pinheiro da Fonseca Monteiro O'Neill Marques, chefe de divisão, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Maria João Mendes Teixeira, técnica superior de 2.ª classe.
Anabela da Silva Pereira de Araújo, técnica superior de 2.ª classe.

Maria de Ascensão Mendes Filipe Belo, chefe de secção.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar no presente concurso são os seguintes:

- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, a qual será facultada aos candidatos que o solicitarem.

10 — Formalização das candidaturas — os requerimentos, elaborados nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, deverão ser dirigidos ao presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal e entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio registado com aviso de recepção, dentro do prazo de candidatura, para a seguinte morada:

Presidente do júri do concurso para provimento do lugar de chefe de secção do IDP, Avenida do Infante Santo, 76, 3.º, 1399-032 Lisboa.

10.1 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e arquivo que o emitiu, número de contribuinte, residência e telefone, se o tiver);
- Habilitações literárias e profissionais;